



Avaliações Econômicas e de Governos Como Determinantes de Impeachment no Brasil e no Peru

Economic and Government Assessments as Determinants of Impeachment in Brazil and Peru

Guilherme Carvalho *

Universidade de Brasília | guilherme.reli404@gmail.com

* ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-0502-834X>

Resumo

O presente trabalho busca discutir a relação da avaliação de governo e avaliação econômica no apoio aos processos de impeachment no Brasil e no Peru. Os casos selecionados são os de Pedro Castillo e Dina Boluarte no Peru e Dilma Rousseff e Michel Temer no Brasil. A pergunta central do trabalho é se há relação entre a avaliação econômica e de governo e se sozinhas são fatores determinantes para o apoio a processos de impeachment nos dois casos selecionados? Para tal, utilizamos dados do Latinobarômetro entre 2016 e 2023 buscando, além de utilizar estatísticas descritivas, também modelagens de correlação e regressão, para verificar a influência dessas variáveis uma sobre a outra e o quão explicativas são dos casos. Os resultados mostraram que a avaliação econômica e avaliação de governo negativas são condições para a ocorrência de impeachment nos dois países, mas não são suficientes para explicá-los.

Palavras-chave: impeachment, avaliação econômica, avaliação de governo.

Abstract

The present work seeks to discuss the relation between government evaluation and economic evaluation in supporting impeachment processes in Brazil and Peru. The selected cases are those of Pedro Castillo and Dina Boluarte in Peru and Dilma Rousseff and Michel Temer in Brazil. The central question of the work is whether there is a relationship between economic and government evaluation and whether, separately, they are determining factors for support for impeachment processes in two selected cases? To do this, we used data from the Latinobarômetro between 2016 and 2023, seeking, in addition to using descriptive statistics, also correlation and regression models, to verify the influence of these variations

on each other and how explanatory they are of the cases. The results showed that negative economic and government evaluations are conditions for the occurrence of impeachment in both countries, but they are not sufficient to explain it.

Keywords: impeachment; economic evaluation; government evaluation.

Introdução

O presente trabalho tem o fulcro de responder se a avaliação econômica e a avaliação de governo são fatores explicativos da ocorrência de impeachments no Brasil e no Peru. Para realizar esta análise que visa realizar uma análise comparada a respeito do comportamento da opinião pública no Brasil e no Peru perante ao padrão apresentado de processos de impeachment abertos contra os presidentes, com a seguida assunção de seus vices, que também têm contra si processos de impedimento abertos, mas que não logram êxito. Os casos que serão comparados, serão o de Dilma Rousseff e Michel Temer (2015 – 2018) e Pedro Castillo e Dina Boluarte (2021 –).

Este trabalho tem apenas o condão inicial de expor a oscilação das variáveis supramencionadas um ano antes do evento “impeachment do/da presidente” e “tentativa de impeachment do vice-presidente” que assumiu o poder e durante o evento, buscando avaliar, inicialmente, se de fato a queda na popularidade e na sensação econômica é um preditor de aumento da possibilidade de impeachment, ou se somente “variáveis institucionalistas clássicas”, como aquelas supramencionadas podem explicar a queda dos presidentes e a salvação dos vices que assumem na sequência?

Para tal, neste trabalho será realizada uma discussão teórica sobre as instabilidades políticas na América Latina, sua relação com o contexto econômico e com a avaliação de governo. Além disso, é apresentado o contexto dos pedidos de impeachments de Pedro Castillo e Dina Boluarte no Peru e Dilma Rousseff e Michel Temer no Brasil. Na sequência será feita uma análise de estatísticas descritivas sobre a opinião pública nos dois países durante os anos pesquisados, em especial sobre a economia e o governo. Estas mesmas variáveis serão testadas, na sequência através das técnicas de Correlação de Pearson e Regressão Linear, buscando compreender a interação entre as variáveis explicativas e o quanto explicativas elas são sobre o caso analisado, além de tentar compreender se há um padrão, ou seja, se em havendo caso de impeachment nos dois países, necessariamente teremos um comportamento parecido destas variáveis. Entende-se que a amostra é bastante representativa e na descrição metodológica ela ficará mais clara.

1. Discussão Teórica

Desde o período das redemocratizações na América Latina, iniciadas no início da década de 1980, uma das marcas centrais é a instabilidade política (Silva et

al., no prelo). Os motivos variam naquilo que é a própria égide de sustento popular e institucional das democracias, tais como apoio popular e apoio parlamentar. Noris (1999) considera que a ampliação para o exercício da liberdade política leva gradualmente à redução da aprovação de governos democraticamente eleitos, o que pode provocar instabilidades dentro do regime. Dois exemplos da instabilidade estão nos casos de Brasil e Peru. Mesmo que por razões diferentes são exemplos da não consolidação de uma estabilidade política no seio da democracia.

Neste mesmo sentido, Cherensky (2015) destaca que, principalmente nas novas democracias, as desigualdades sociais têm crescido exponencialmente, enquanto as políticas redistributivas tradicionais têm perdido credibilidade. Ele sugere que a igualdade deve ser repensada como uma relação social, onde os indivíduos são reconhecidos como semelhantes, mas também como únicos, com aspirações de singularidade. Em suma, Cheresky (2015) propõe que a democracia está se transformando em um novo regime político, onde a cidadania desempenha um papel central e ativo, e onde os princípios democráticos e o papel das elites dirigentes são constantemente reavaliados e reconfigurados em resposta às mudanças sociais e políticas globais. Pode-se inclusive, questionar se estas mudanças não estariam promovendo uma insatisfação constante contra governos eleitos e se isto não incentivaria processos constantes de impedimento desses mesmos governos?

Seligson e Carrión (2002) apontam que democracias precisam de legitimidade em seus procedimentos, só que em alguns casos latino-americanos, os autores apostam na hipótese de que transições democráticas que não consolidaram a supressão às instituições e comportamentos autoritários produziram sociedades céticas e o caso mais salutar para eles é o do Peru. Para os autores, as sucessivas tentativas de golpes e a falta de estabilidade de presidentes no poder^[1].

Silva (*et al.*, no prelo) explicam que as instabilidades têm marcado o cenário contemporâneo da América Latina, principalmente alçados pelas novas mídias e pela relação que elas estabelecem com a queda da confiança nas instituições, além do aumento da pobreza e da desigualdade econômica. Este último fator é bastante relevante sob o ponto de vista dos dados que pretende-se testar aqui neste trabalho. Neste mesmo sentido, Albala e Vieira (2014) entendem que a ascensão de lideranças populistas na América Latina tem reforçado a ideia de uma confrontação popular em relação às elites políticas, através de um aumento da participação sem intermediários. Este fator também é relevante para a justificativa de testes de avaliação do governo ao longo dos anos em que houve o sucesso no prosseguimento de tentativas de impeachment.

Nesta senda, quando falamos de oscilação da variação no apoio, Manin (2013) indica que as crises democráticas estão aumentando na mesma proporção em que há a expansão do acesso à tomada de decisões públicas fato este que pode ser verificado no caso brasileiro. Mattos e Raimundo (2022) inferem que o crescimento

1. A melhor evidência disso é que a atual presidente, Dina Boluarte, é a sexta presidente em cinco anos no país.

exponencial das políticas redistributivas de renda e acesso à novas mídias, ampliou os espaços de interlocução e participação política no Brasil. Manin (2013) argumenta que vários especialistas consideram que sem expansão de outros indicadores que não apenas renda, podem comprometer a estabilidade do regime democrático.

É bom que se diga que o debate teórico a este respeito, em grande medida não possui aprofundamento nos indicadores de políticas públicas na América Latina e por vezes apenas lança bases pouco concretas para pensar a realidade regional. No entanto, é salutar compreender que a estabilidade do sistema político não depende de poucas variáveis e à priori compreende-se que variáveis de opinião pública podem explicar parcialmente o incentivo à quedas constitucionalmente válidas.

2. O Contexto Político nos Dois Países

Em termos da queda dos presidentes Dilma Rousseff e Pedro Castillo, temos um abismo em termos de casos, em virtude das diferenças institucionais, que invariavelmente condicionam a maior ou menor possibilidade de queda e sobrevivência de mandatos, o que em outro trabalho, com outro recorte, caberia uma análise detalhada de fatores institucionais que estimulam ou coibem o processo de demissão do mandatário, por parte do legislativo. Mas, de toda sorte, o fato é que ambos passaram por afastamentos do poder, autorizados com uma diferença salutar, no caso brasileiro pela câmara dos deputados e no caso peruano – unicameral – pela única casa legislativa do país.

Segundo a CNN (2024) Pedro Castillo foi eleito pelo partido Peru Livre, em 2021, e no mesmo ano começa a ser investigado por uma miríade de casos de corrupção e derrota duas tentativas de impeachment, mas acaba afastado e destituído por 101 votos, contra 16 por “incapacidade moral permanente” para governar o Peru, em 2022. O episódio do afastamento ocorre logo após o presidente ir à cadeia de rádio e televisão e anunciar o fechamento do parlamento. Destaca-se ainda que o congresso era controlado por uma maioria de oposição que consegue abrir o processo de impeachment três vezes, sendo derrotada nas duas primeiras. Neste período, Castillo fez quatro reformas ministeriais no intuito de frear os processos de impeachment, não logrando êxito.

Segundo a CNN (2024), assim como seu antecessor Dina Boluarte também sofreu três tentativas de Impeachment, tendo sobrevivido às três. Apesar de mais de uma renúncia coletiva do gabinete de ministros, as reiteradas investigações por denúncias de corrupção. Segundo a Crusoé (2024) segundo a Constituição do Peru é necessário que haja pelo menos 48 votos favoráveis para que o impeachment possa ser discutido e votado. Contra Boluarte foram dados, respectivamente 33, 32 e 37 votos favoráveis. Em todas as tentativas, a presidente realizou reformas ministeriais significativas.

Já no caso brasileiro, Dilma Rousseff advém de um processo de quatro vitórias do Partido dos Trabalhadores seguidas, mas com a abertura do processo de

Impeachment em fevereiro de 2016 a presidente brasileira não sobreviveu ao primeiro processo, por supostos. No dia 10 de abril, o Governo seguiu o receituário de nomeações e distribuição de recursos orçamentários, na casa dos R\$ 38 bilhões^[2]. O acordo foi feito com os partidos aliados, intitulado “repactuação da base com o governo”, e inclusive com aqueles que ameaçavam abandonar a coalizão.

O mesmo padrão seria notado no caso de seu vice que, após assumir a presidência, enfrentou uma votação complexa na Câmara dos deputados, pois foi necessário realocar espaços no governo para evitar perder a mediana do Congresso e eventualmente ser cassado. Na votação pelo recebimento da denúncia da Procuradora Geral da PGR, houve uma vitória do presidente por 251 a 233 votos. Além de algumas trocas nos escalões inferiores dos ministérios, o presidente também se valeu de liberações de recursos orçamentários, no agregado, em torno de R\$ 12 bilhões aos partidos aliados.

Algo importante a se notar nos casos de Temer e Boluarte é que ambos fizeram alianças com políticos à esquerda, mas se apoiaram em uma coalizão do centro para a direita em seus respectivos parlamentos, visando a sobrevivência de seus mandatos.

Após a exposição dos fatos relevantes para este recorte temático, na sequência do trabalho será realizada uma análise de algumas estatísticas descritivas para discutir duas variáveis de impacto na popularidade dos presidentes que sofreram impeachment e dos vice-presidentes que assumiram na sequência, mas não foram derrubados do poder.

As variáveis selecionadas para estudar a relação entre opinião pública e impeachment para o caso brasileiro – que aqui também serão utilizados para o caso peruano – são popularidade presidencial e sensação econômica, pois estas possuem um lastro teórico importante na literatura especializada (Avritzer, 2016; Tatagiba, 2018; Rotta e Peres, 2021; Mundim, 2019; 2023).

Serão apresentadas as taxas de aprovação da presidência e da economia um ano antes do evento “impeachment do ou da presidente”, até o último ano de governo do ou da presidente que assumiu após o primeiro evento. O banco de dados trabalhado é o do LatinoBarômetro que apresenta os resultados baseado em uma média de 1200 questionários aplicados em cada ano, para cada país.

Serão apresentados quatro questionários para o caso brasileiro e dois para o caso peruano. É necessário explicar, que os eventos não são lineares do ponto de vista temporal, já que Dilma Rousseff sofreu o impeachment em 2016 e Michel Temer encerrou seu mandato em 2018, mas no caso peruano, Castillo é eleito em 2020 e sofre o impeachment em 2022, mas Dina Boluarte até o presente momento – 2025 – ainda é a presidente do Peru. Mesmo que o número de questionários seja muito parecido, durante os dois eventos de análise há questionários para todos os anos, sendo 2015, 2016, 2017 e 2018. Mas para o caso peruano a linearidade dos dados

2. Ver Folha de São Paulo, do dia 10/04/16: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,contra-impeachment--dilma-negocia-cargos-com-poder-sobre-r-38-bilhoes,10000025744>

é menor, pois o Latino Barômetro tem apenas uma pesquisa de opinião publicada em anos de pandemia da Covid 19, portanto o único questionário anterior à eleição de Castillo é o de 2020 e o de 2023, que podem captar o sentimento da população quanto à economia e sua avaliação de governo um ano antes da eleição do cabeça de chapa até o último ano de mandato do vice-presidente – lembrando que no caso peruano, Dina Boluarte ainda está em seu mandato. Entende-se que para aplicar alguns testes mais robustos com mais variáveis, pode ser necessário fazer alguns pesos para equilibrar as amostras. Logo, um melhor recorte para a pesquisa e um aprofundamento metodológico será necessário para o artigo final.

2.1. Satisfação Econômica

Para critério objetivo de análise, serão considerados como avaliação positiva as respostas “muito satisfeito”, “satisfeito” e “pouco satisfeito” e como avaliação negativa, as respostas dadas ao critério “nada satisfeito”.

Á priori, verifica-se que a tese de Noris (1999) apresentada no início do texto, sobre a avaliação de governos progressivamente caírem pode fazer bastante sentido para o caso brasileiro, em especial em relação à avaliação econômica. Ademais, as duas variáveis estão concatenadas diretamente. Carreirão (1999) por exemplo, entende que a avaliação econômica do governo possui uma correspondência empírica importante com a avaliação de governo. Neste sentido, a análise do caso em questão se concentrará em dois elementos: 1º avaliação geral da satisfação econômica; 2º correspondência positiva com a avaliação de governo — ou seja, se as duas variáveis caminham juntas. É importante dizer, que para o artigo um teste de regressão pode deixar a relação entre as duas variáveis mais claras, no sentido de verificar a hipótese de elas se explicarem mutuamente, ou mesmo de explicarem de alguma forma a queda de presidentes e a permanência dos vices como presidentes.

Quadro 1. Satisfação econômica

Brasil	2015	2016	2017	2018	Peru	2020	2023
Muito satisfeito	0,6%	0,3%	0,1%	0,5%		3,5%	3,2%
Satisfeito	10,7%	3,9%	6,1%	4,9%		5,8%	4,8%
Pouco satisfeito	45,7%	32,5%	24,8%	39,4%		51,5%	44,9%
Nada satisfeito	39,6%	60,8%	66,6%	52,9%		36,6%	46,3%
Não sabe sabe	2,8%	2,2%	2,3%	1,8%		2,3%	0,6%
Não respondeu	0,6%	0,3%	0,2%	0,5%		0,4%	0,3%
(N)	1,250 (100%)	1,204 (100%)	1,200 (100%)	1,204 (100%)		1,200 (100%)	1,200 (100%)

Inicialmente, para o caso brasileiro, é possível notar uma queda acentuada na avaliação da economia. Em 2015, um ano antes do impeachment de Dilma Rousseff, 58% avaliação positivamente a condução econômica, no entanto no ano seguinte, ano do evento, este número cai para 37%. Já nos anos de Michel Temer, 2017 e 2018, a avaliação cai ainda mais, no primeiro ano, 31%, mas recupera-se na sequência, chegando a 45%.

A avaliação negativa segue um curso parecido de estabilidade, pois no ano anterior ao impeachment, a economia era avaliada negativamente por 40%, passando ao pico de 61% em 2016, tem um novo aumento para 66% em 2017 e uma leve queda em 2018, 52,9%. Apesar de um aumento do discurso liberalizante, alinhado aos eventos das pautas pós-manifestações de junho de 2013 (Tatagiba, 2018), a percepção econômica não melhorou para os brasileiros, durante o governo Temer.

Já no caso peruano, nos dois anos avaliados, a economia era positiva em 2020 para 61%, um ano antes da eleição de Castillo. Já em 2023, durante gestão de Dina Boluarte, a economia tem uma queda na aprovação, 53%, confirmado a tendência na queda da avaliação da economia durante a turbulência política também ocorrida no Brasil, em um evento mais longo. A avaliação negativa mostra a mesma tendência, pois 37% avaliava negativamente a economia em 2020 e em 2023 o número salta para 46%. Apesar de os dados não serem lineares temporalmente e haver diferenças no tamanho da amostra, é sim possível dizer que apesar de similitudes nos casos – como mencionado anteriormente – o que pode ser verificado é o fato de que na avaliação econômica há um padrão: a não recuperação dos índices de avaliação da economia.

No ano anterior ao impeachment de Dilma Rousseff, 2015 para o fim do governo Temer, 2018, a avaliação econômica tem uma queda de 12% ao longo das três avaliações seguintes. Assim também é o caso peruano, em que do ano anterior a Castillo ser eleito à última avaliação da economia sob Boluarte, há 8% de queda na avaliação positiva. Mas há de se destacar algo importante: houve a queda de Pedro Kuczynski (2018), Martin Vizcarra (2020) e Manuel Merino (2020) em processos de impeachment poucos anos antes, o que leva à hipótese de que a percepção econômica não é tão abalada mesmo com tantas instabilidades seguidas – visto, inclusive que no ano anterior ao evento impeachment, a avaliação positiva no Peru é melhor do que no Brasil, mesmo tendo um processo de sucessões via impeachment mais turbulento que o caso brasileiro.

Os resultados da avaliação da economia podem apontar para o aumento gradual do ceticismo quanto à capacidade dos governos de conduzirem bem os rumos das políticas econômicas, o que afeta a estabilidade política e o processo democrático (Norris, 1999; Seligson e Carrión, 2002), nos dois casos. O que vamos passar a verificar agora é se, em alguma medida, a avaliação de governo segue a mesma tendência.

2.2. Avaliação de Governo

Para a avaliação do governo, há menos controvérsia, uma vez que as opções possíveis de interpretação da avaliação no questionário são reduzidas à “aprova” ou “não aprova. Portanto, os critérios de análise serão reduzidos ao critério utilizado na avaliação econômica, ou seja, se há algum padrão entre os casos de Brasil e Peru e se a tendência do padrão é próxima.

Quadro 2. Avaliação de Governo

Brasil	2015	2016	2017	2018	Peru	2020	2023
Aprova	29,0%	21,9%	5,5%	5,6%		70,1%	14,9%
Não aprova	65,5%	54,2%	91,0%	90,4%		24,8%	82,9%
Não sabe	5,4%	23,8%	3,5%	4,1%		-	-
Não respondeu	-	-	-	-		5,1%	-
Não sabe / Não contesta	-	-	-	-		-	2,2%
(N)	1,250 (100%)	1,204 (100%)	1,200 (100%)	1,204 (100%)		1,200 (100%)	1,200 (100%)

No caso brasileiro há um fator interessante, em especial quando verificamos os dois anos de gestão Dilma Rousseff, 2015 e 2016, que é o fato de que em 2015 a avaliação positiva – 29% – como visto na tendência econômica cai – 22% em 2016. No entanto, o que chama atenção é que a avaliação negativa cai de 2015 – 65% – para 2016 – 54%. No entanto o índice da resposta “não sabe” aumenta muito, de 2015 – 5% – para 2016 – 24%. Isto pode revelar que uma parte significativa da população não tinha certeza se o impeachment era o caminho adequado. Quando utilizamos a avaliação econômica positiva e negativa, respectivamente dos anos de 2015 – 57% e 40% – e 2016 – 37% e 61% – o que se verifica é que o padrão não se repete, pois os critérios “não sabe” “ou não respondeu” perfazem, em 2015 e 2016 3,4% e 2,5%, o que demonstra que a avaliação econômica pode ser, ao menos no caso de Dilma Rousseff, bastante distinta da avaliação de governo. Mas, como mencionado anteriormente, somente com testes estatísticos mais robustos será possível avaliar se estas variáveis são autoexplicativas.

No caso dos anos subsequentes – gestão de Michel Temer –, 2017 e 2018, a avaliação de governo cai drasticamente – se comparado ao ano de impeachment, que chegava a 22% de avaliação positiva – para 5% e 6%, respectivamente. A avaliação negativa é muito mais alta do que nos anos finais de Dilma Rousseff – 65% em 2015 e 54% em 2016 –, ficando entre 91% em 2017 e 90% em 2018. O índice de “não sabe”

ou “não respondeu” também é estável – 3% e 4%, respectivamente. Isso demonstra que a avaliação negativa do governo Temer é bem mais estável do que no caso de sua antecessora. Se comparado à avaliação econômica negativa – 67% e 53%, respectivamente – a avaliação negativa de governo é bem mais alta, o que mais uma vez pode apontar que, pelo menos no caso brasileiro, a avaliação econômica não está diretamente ligada à avaliação de governo.

O caso peruano é mais conciso que o caso brasileiro. A aprovação cai drasticamente do ano anterior à eleição de Castillo – 70% –, até o segundo ano de gestão Boluarte – 15% – apesar de, como foi mencionado anteriormente, os anos anteriores à gestão de Castillo, o período foi ainda mais turbulento do ponto de vista político, com a passagem de quatro presidentes em um ciclo eleitoral. A avaliação negativa sobe em uma proporção parecida – de 25%, em 2020 para 83%, em 2023. O índice de não sabe ou não respondeu cai de 5% para 2%. Apesar de uma longa diferença de anos, é possível dizer que não há uma incerteza do cidadão, quando avaliou, quanto aos processos de instabilidade política no país. Outro achado importante, possivelmente, é que assim como no caso brasileiro, a avaliação da economia segue uma lógica parecida: há uma queda na taxa de aprovação da economia – de 61% para 53% –, mas é muito menor do que a queda da aprovação do governo – de 70% para 15%.

No caso peruano, a falta de questionários relativos aos anos de 2021 e 2022 de fato deixa um vácuo analítico, o que não nos permite entender a variação da opinião dos cidadãos a respeito do que ocorreu no interregno entre a subida de Castillo ao poder, sua queda e a ascensão de Dina Boluarte, bem como a variação da opinião dos cidadãos durante os processos de impeachment – consolidados ou não.

A única hipótese possível de se formular aqui, apenas com estatísticas descritivas é a de que, diante dos dados disponíveis, tanto no Peru assim como no Brasil, a queda na avaliação da economia não é tão acentuada quanto a queda na avaliação de governo. O que novamente nos permite compreender que sim, a comparação entre os casos faz sentido, principalmente no que tange às discrepâncias entre a avaliação econômica e de governo. Para entender melhor a relação e o quanto essas variáveis são explicativas, na próxima seção procederemos com testes empíricos mais robustos

3. Método e Análise de Dados

Nesta seção será feita a análise sobre se a percepção econômica e a avaliação de governo e como elas afetam de alguma maneira a possibilidade de apoio à impeachments no Brasil e no Peru. Para tal, inicialmente será realizado um teste de correlação entre as variáveis de percepção econômica e avaliação de governo e posteriormente será feita uma regressão entre elas.

A análise de correlação será feita com foco de identificar possíveis associações entre a percepção da economia e a aprovação governamental, considerando

o contexto nacional. Já a regressão será feita para examinar a relação entre a variável dependente – ocorrência de impeachment – e as variáveis independentes supramencionadas, buscando encontrar a medida dos efeitos destas variáveis na ocorrência do evento.

Para a correlação utilizou-se o coeficiente de correlação de Pearson para avaliar a força e a direção das relações entre as variáveis. Todas as correlações foram testadas para significância estatística ao nível de 0,01 (bicaudal). Os dados analisados incluem amostras que variam entre 99987 e 100015 observações – correspondentes às respostas dadas no questionário do Latinobarômetro entre 2016 e 2023, ressaltando o fato de que os testes para o Brasil vão de 2016-2017, integrados ao do Peru, que vai de 2020 a 2023.

Quadro 3. Análise das Correlações entre Variáveis de Percepção Econômica e Aprovação Governamental

Correlações entre Variáveis de Percepção Econômica e Aprovação Governamental	Situação econômica atual do país	Funcionamento em geral da economia	Aprovação da gestão de governo sob gestão do atual presidente	
Situação econômica atual do país	Pearson Correlation	1	,482**	,062**
	Sig. (2-tailed)		,000	,005
	N	1000009	99987	100015
Funcionamento em geral da economia	Pearson Correlation	,482**	1	,067**
	Sig. (2-tailed)	,000		,003
	N	100009	99987	100015
Aprovação da gestão de governo sob gestão do atual presidente	Pearson Correlation	,062**	,067**	1
	Sig. (2-tailed)	,005	,003	
	N	100009	99987	100015

No que tange à variável situação econômica atual do país, ela foi selecionada para confirmar se a sua relação com a pergunta sobre a percepção da economia estava no mesmo plano e se ela se relaciona com a avaliação do governo. Foi observada uma correlação negativa moderada ($r = -0,498$; $p < 0,01$) entre os países do estudo e a percepção da situação econômica. Esse resultado sugere que a percepção da economia varia significativamente entre os países analisados, possivelmente refletindo diferenças nas condições econômicas reais ou nas expectativas da população.

Já a correlação com o funcionamento da economia em geral é negativamente moderada ($r = -0,427$; $p < 0,01$) indica que a avaliação do funcionamento da economia também difere conforme o país. Isso reforça a ideia de que o contexto nacional desempenha um papel importante na formação das percepções econômicas.

No que se refere à aprovação da gestão do governo, foi notada uma correlação positiva fraca ($r = 0,105$; $p < 0,01$) sugere que a aprovação da gestão do governo é ligeiramente influenciada pelo país. No entanto, o efeito é pequeno, indicando que outros fatores, além do contexto nacional, podem ser mais relevantes para explicar a aprovação governamental.

A correlação positiva moderada ($r = 0,482$; $p < 0,01$) entre a percepção da situação econômica atual e a avaliação do funcionamento da economia indica que indivíduos que responderam aos questionários que avaliam melhor a situação econômica tende a avaliar mais positivamente o funcionamento geral da economia. Essa relação sugere uma consistência nas percepções econômicas dos respondentes.

A correlação positiva muito fraca ($r = 0,062$; $p < 0,01$) entre a percepção da situação econômica e a aprovação da gestão do governo sugere que a economia tem um impacto limitado na avaliação do governo. Esse resultado pode indicar que outros fatores, como políticas sociais, segurança ou liderança, desempenham um papel mais significativo na aprovação governamental.

Também, nota-se que há correlação positiva muito fraca ($r = 0,067$; $p < 0,01$) entre a avaliação do funcionamento da economia e a aprovação da gestão do governo reforça a ideia de que a economia, embora relevante, não é o principal determinante da aprovação governamental.

Também optou-se por realizar um teste com modelos de regressão linear, de crescimento e exponencial para avaliar a relação entre a situação econômica atual e a aprovação da gestão do governo e a possibilidade de influenciar. O coeficiente de determinação (R^2), o teste F e os parâmetros estimados (Constant e b1) foram analisados para determinar a adequação dos modelos. A significância estatística foi avaliada ao nível de 0,05.

Quadro 4. Resumo do modelo de parâmetros estimados

Equation	Model Summary						Parameter Estimates	
	R Square	F	df1	df2	Sig.	Constant	b1	
Linear	,004	7,872	1,000000000	2039,000000000	,005	1,659	,029	
Growth	,004	7,872	1,000000000	2039,000000000	,005	,456	,020	
Exponential	,004	7,872	1,000000000	2039,000000000	,005	1,578	,020	

No que tange ao Coeficiente de determinação R^2 ^[3], todos os modelos apresentaram um $R^2 = 0,004$, indicando que apenas 0,4% da variância na aprovação da gestão do governo é explicada pela situação econômica atual. Esse valor é extremamente baixo, sugerindo que a situação econômica tem um impacto mínimo na aprovação governamental. Já o Teste F^[4] O valor de $F = 7,872$ com $p = 0,005$ indica que o modelo é estatisticamente significativo, mas a baixa expli-cação da variância (R^2) limita sua utilidade prática.

Para cada aumento de uma unidade na percepção da situação econômica, a aprovação da gestão do governo aumenta em 0,029 unidades – Como indica a linearidade do modelo: Constante (Intercepto): 1,659. Coeficiente (b1): 0,029. No entanto, o impacto é praticamente irrelevante devido ao baixo R^2 .

Já o modelo de crescimento também indica um impacto positivo, mas igualmente fraco, da situação econômica na aprovação do governo – Constante (Intercepto): 0,456 Coeficiente (b1): 0,020. No modelo exponencial é possível notar o mesmo padrão dos outros modelos, ou seja, o impacto da situação econômica na aprovação do governo é positivo, mas insignificante – Constante (Intercepto): 1,578; Coeficiente (b1): 0,020.

Todos os modelos apresentaram coeficientes significativos ($p = 0,005$), o que indica que a relação entre a situação econômica e a aprovação do governo não é fruto do acaso. No entanto, a magnitude do efeito é praticamente desprezível.

4. Considerações Finais

Os casos de fatores que motivam o sucesso e as tentativas de impeachment de Dilma-Temer e Castillo-Boluarte são muito pouco explicáveis somente a partir de algumas poucas variáveis, e principalmente se limitadas apenas ao campo da opinião pública. Entende-se a necessidade de compreender a correlação com variáveis de características mais abrangentes. Entende-se também que variáveis institucionalistas tendem a ofertar um conjunto mais robusto. Desta forma, os casos são sim comparáveis, mas compreende-se que o estudo precisa ser mais amplo.

Neste sentido, a síntese é que para compreender o que se propôs, será necessário um refinamento do desenho de pesquisa e talvez até mesmo recorrer a outros bancos de dados para explicar algumas omissões em termos de dados que apenas o Latinobarômetro não consegue exibir, como os anos faltantes e outras variáveis que podem explicar a sobrevivência a pedidos de impeachment e a eventual derrota, como tamanho da base parlamentar, capacidade de distribuição de recursos orçamentários e mecanismos de controle da agenda do legislativo (Pereira, Power e Rennó, 2005).

3. R^2 indica o quanto a variabilidade da variável dependente (y) é explicativa do modelo de regressão, ou em outras palavras, a probabilidade de causalidade de uma variável sobre a outra.

4. Verifica se o modelo do conjunto é diferente de zero. Para o teste ser significativo é necessário que ($p < 0,05$).

Os resultados desta pesquisa indicam que o contexto nacional tem uma influência moderada na percepção da economia, mas uma influência fraca na aprovação da gestão do governo. A percepção da situação econômica e a avaliação do funcionamento da economia estão moderadamente correlacionadas, sugerindo uma consistência nas avaliações econômicas dos respondentes. No entanto, a aprovação da gestão do governo parece ser pouco influenciada por essas variáveis, indicando que outros fatores podem ser mais determinantes para a avaliação do governo.

Esses achados destacam a complexidade dos fatores que influenciam a aprovação governamental e sugerem a necessidade de estudos adicionais que incluam variáveis como políticas públicas, liderança e contextos socioculturais para uma compreensão mais abrangente do fenômeno.

Os resultados indicam que a situação econômica atual tem um impacto estatisticamente significativo, mas praticamente irrelevante, na aprovação da gestão do governo. O baixo valor de R^2 (0,004) sugere que outros fatores, não incluídos neste modelo, são mais determinantes para explicar a aprovação governamental. Portanto, embora a economia seja um fator relevante, sua influência isolada é limitada.

Esta pesquisa demonstrou relação entre as variáveis, mas mostrou também que elas são insuficientes para explicar a ocorrência de impeachment no Brasil e no Peru. Ou seja, a avaliação econômica e avaliação de governo negativas são condições para a ocorrência de impeachment nos dois países, mas não são suficientes para explicar. Neste sentido, é reforçada a necessidade de incluir variáveis adicionais, como avaliação de políticas públicas, sobre as elites e contextos socioculturais, além de variáveis institucionalistas em análises futuras para uma compreensão mais abrangente dos fatores que podem influenciar no apoio popular à impeachments no Brasil e no Peru.

Data de receção: 08/02/2025

Data de aceitação: 11/11/2025

Referências

- Albala, A., & Vieira, S. (2014). ¿Crisis de los partidos en América Latina? El papel de los partidos políticos latinoamericanos en el escenario reciente. *Revista de Ciencia Política*, 52(1), 145-170.
- Avritzer, L. (2016). *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Cheresky, I. (2015). *El nuevo rostro de la democracia*. Fondo de Cultura Económica.
- Crusoé. (2024, 3 de dezembro). Dina Boluarte sobrevive a impeachment. Recuperado de <https://crusoe.com.br/diario/dina-boluarte-sobrevive-a-impeachment-no-peru/>

CNN. (2024, 3 de dezembro). Congresso do Peru aprova processo de impeachment contra o presidente Pedro Castillo. Recuperado de <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/congresso-do-peru-aprova-processo-de-impeachment-contra-o-presidente-pedro-castillo/>

Mattos, F. A., & Raimundo, L. D. (2022). Aspectos políticos e econômicos envolvidos na retomada do debate sobre desigualdade e distribuição de renda. *Caderno C H*, 35, 1-20.

Manin, B. (2013). A democracia do público reconsiderada. *Novos Estudos*, 97, 115-127.

Mundim, P. S. (2019). Os impactos dos efeitos de priming na popularidade presidencial: O caso do segundo mandato de Lula. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, 8(2), 31-61.

Mundim, P. S. (2023). A batalha pela opinião pública e o impeachment de Dilma Rousseff. *Lua Nova*, 119, 292-321.

Norris, P. (1999). *Critical citizens: Global support for democratic government*. Oxford, UK: Oxford University Press.

Pereira, C., Power, T. J., & Rennó, L. (2005). Under what conditions do presidents resort to decree power? Theory and evidence from the Brazilian case. *Journal of Politics*, 67(1), 178-200.

Pereira, C., Power, T. J., & Rennó, L. (2008). Agenda power: Executive decree authority, and the mixed results of reform in the Brazilian Congress. *Legislative Studies Quarterly*, 33(1), 5-33.

Rotta, A. A., & Peres, P. (2021). Impeachment: História e evolução institucional. *Revista Direito FGV*, 17.

Seligson, M. A., & Carrión, J. F. (2002). Political support, political skepticism, and political stability in new democracies. *Comparative Political Studies*, 35(1), 58-82.

Silva, J., et al. (no prelo). *Turmoil in Latin American democracy and changes in the public opinion*.

Tatagiba, L. (2018). Entre as ruas e as instituições: Os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. *Lusotopie*, 17(1), 112-135.

Weffort, F. C. (1990). A América errada: Notas sobre a democracia e a modernidade na América Latina em crise. *Lua Nova*, 21, 5-36.

Sobre o autor

GUILHERME AUGUSTO BATISTA CARVALHO é bacharel em Relações Internacionais (PUC Goiás), mestre em Ciência Política (UFG) e doutorando em Ciência Política (UnB). É pesquisador de temas no campo da Ciência Política, que circundam estudos sobre comportamento legislativo, inovações e resiliência institucional (nacionais e internacionais) e presidencialismo de coalizão. Atua como professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), também é professor dos quadros da UNIP, e da UniAraguaia.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-0502-834X>]

About the author

GUILHERME AUGUSTO BATISTA CARVALHO holds a bachelor's degree in international relations (PUC Goiás), a master's degree in political science (UFG), and is a doctoral candidate in Political Science (UnB). He researches topics in the field of Political Science, encompassing studies on legislative behavior, institutional innovation and resilience (national and international), and coalition presidentialism. He is a professor at the Faculty of Social Sciences of the Federal University of Goiás (UFG) and also teaches at UNIP and UniAraguaia.
[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-0502-834X>]